

ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS DA VIDA HUMANA EM SOCIEDADE: A ETICIDADE COMO FUNDAMENTO DE SEU DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E CIENTÍFICO

Duarte Bernardo GOMES¹

RESUMO

A vida humana na sociedade assume aspectos diferenciados de comportamentos vindos de uma presença antropológica. Características biológicas e culturais do homem imbricam-no em enfrentamentos e experimentos com avaliação dos resultados, não como conseqüências de atos individualizados, mas como efeito de uma moral social capaz de influenciá-lo. A interpretação da vida feita pelo homem não dá lugar à certezas absolutas, pois sua origem histórica e mutável projeta-o às necessidades extraídas da ciência que irão servir-lhe de complemento. A eticidade – como elemento humano de aderência – funcionará como fundamento do seu desenvolvimento histórico e científico.

Palavras-chave: Antropologia, Ética, Sociedade, Relativismo Cultural, Hermenêutica, História, Ciência.

⁽¹⁾ Mestrando em Filosofia Social (PUC-Campinas).

Escrever um texto dessa dimensão, sem dúvida, será um desafio inexorável para quem, como nós, pensamos, tão-somente, em articular algumas poucas idéias baseadas na generalidade e no cotidiano das vidas humanas colocadas no mundo da atualidade.

Como essas vidas humanas lidam consigo próprias, como elas se relacionam com outras vidas humanas e todas como convivem num contexto social organizado, representa uma reflexão que ultrapassa as linhas limítrofes de um contexto ético-moral, para abraçar conceitos históricos, sociais e científicos, dando-nos conta de que a verdade da vida pode ter origens em vertentes muito diferenciadas daquelas que inicialmente apontam direções tidas aparentemente indiscutíveis.

Para que esse texto pudesse ser desenvolvido, alguns fragmentos de estudos sobre antropologia tornaram-se indispensáveis, mormente quando da abordagem paradoxal que coloca o homem diante de suas muitas dificuldades e sua ação criativa para daquelas se livrar com maestria, considerado o relativismo cultural² no qual está compreendido.

A moral é uma construção social. Tal como as sociedades marcam sua passagem por diversos costumes e estilos de viver, também criam códigos morais onde o bem é tido como norma comportamental obrigatória e o mal sempre deve ser evitado, este pela desaprovação social. O mal não sobreviveria como componente do comportamento do homem sem que fosse arpoado pela crítica, porque a sociedade assim o quer.

O homem responde individualmente pela prática de atos que visam os seus anseios, mas algema-se aos limites impostos pela sociedade que aprova ou desaprova suas atitudes.

⁽²⁾ "Relativismo Cultural: 'bem' significa 'socialmente aprovado'. Escolhe os teus princípios morais segundo aquilo que tua sociedade aprova. O relativismo cultural defende que o bem e o mal são relativos a cada cultura. O bem coincide com o que é socialmente aprovado numa dada cultura. Os princípios morais descrevem convenções sociais e devem ser baseados nas normas dessa sociedade. GENSLER, H, in *Ethics: A Contemporary Introduction* – Trad. Paulo Ruas – Routledge: 1998.

Em outras palavras, isso significa a indesviável objetivação do bem e do mal. Essa objetivação nada mais representa do que sua absolutização, isto é, colocá-la no patamar e nos conformes do pensamento de uma sociedade na qual se vive, considerando-se sempre as normas que foram transmitidas pelos fatos objetivos.

Daí, a considerar, no entanto, que os aspectos antropológicos que pairam por sobre situações desse jaez, foram terminantemente descartados, pois a se considerar culturas diferenciadas, não há se falar em “certo” ou “errado”, mas sim em diferenças que somente a tolerância humana poderá distinguir.

O relativismo cultural dá-nos uma base para uma moral comum no interior de cada cultura — uma base democrática que abrange as idéias de todos e assegura que as normas tenham um amplo suporte. Assim, podemos sentir-nos solidários com pessoas que partilham conosco uma mesma comunidade, ainda que outros grupos possuam diferentes valores.³

Existem verdades para descobrir no domínio moral, mas nenhuma cultura possui o monopólio destas verdades. As diferentes culturas necessitam de aprender umas com as outras. Para que tomemos consciência dos erros e dos nossos valores, é necessário conhecer como procedem as outras culturas, e de que forma reagem ao que nós fazemos. Aprender com diferentes culturas pode ajudar-nos a corrigir os nossos valores e a aproximar-nos da verdade acerca do modo como devemos viver.⁴

Como dito acima, as verdades⁵ da vida podem ter origens diferenciadas e aqui não se afugentam as categorias como a universalidade embalada pelas límpidas águas da antropologia.

⁽³⁾ GENSLER, H, op. cit., 1998.

⁽⁴⁾ Ibid, 1998.

⁽⁵⁾ “Há duas categorias de verdades e fatos: as verdades e leis naturais descobertas pelos homens (e que não dependem deles) e as verdades axiológicas e as leis jurídicas, éticas e religiosas, criadas pelos homens para regular a convivência humana na sociedade”. BAZARIAN, J. *O problema da verdade* - São Paulo: Círculo do Livro. 1974. p.152.

A visão de universalidade procura destaque partindo de uma escala que se inicia na razão imanente, aquela que não se desprende dos fatos históricos ocorridos, até o enfoque, o posicionamento humano inteligível – aqui com raízes platônicas –, onde não somente o que é demonstrável é o que se está discutindo, mas também o que é ideal no contexto de se alcançar à perfeição.

Seria neste exato momento que o quinto elemento de Platão⁶, considerado o objeto, a essência, a coisa-em-si, abrigaria o conceito de universalidade, sempre em sua forma etérea não divorciada do sensível, mas, em relação a este, estaria colocado numa atopia conjuntural não atingível.

A episteme platônica não compromete seus elementos estruturais como a *ónoma*, o *lógos*, o *eídolon* e finalmente o *nous*, mas daí até se chegar à idéia, não há nenhuma definição em toda sua obra que possa dizer que Platão criou um itinerário ético para se alcançar à sabedoria suprema, isso a ponto dele imaginar sempre uma vida teórica e uma vida contemplativa como modos filosóficos de viver.

Em outras palavras, a escala percorre da imanência à transcendência, deixando ao homem a interpretação da vida colocada no mundo. Interpretar a vida é o mesmo que dizer: Estamos entre as partes da vida. Interpretar é estar entre as partes, é ficar no meio das partes.

A ciência da interpretação é a hermenêutica. E hermenêutica nada mais é do que dizer o que é presente. Ricoeur⁷ assim define: “Hermenêutica é a decifragem da vida no espelho do texto”.

Nada melhor, neste momento, do que arejarmos estas primárias linhas com as brisas que situam uma interpretação sistemática e correta de um texto, onde se busca o que há de principal na leitura: que é o ser humano.

⁽⁶⁾ PLATÃO. *Cartas (Carta VII)*. Trad. C.G.Silva/M.A. Melo. Lisboa: Ed. Estampa: 1980.

⁽⁷⁾ RICOEUR, P., *Interpretação e Ideologia* – Rio de Janeiro - Ed. Francisco Alves: 1977.

A hermenêutica filosófica vale-se de alguns momentos específicos para interpretar e compreender o ser humano, que vai horizontalmente da origem ao fim teleológico e verticalmente do profundo fundamento à transcendência.

Na interpretação não há lugar para certezas absolutas, elas poderão ser restauradas ou encontradas à medida que as façamos nossas. Sua origem sempre será histórica, e, sendo assim, relativa e mutável.

O intérprete é sempre o que fica entre as partes, entre a origem e o presente, entre o fim e o presente, entre a altura e o presente e por derradeiro entre o profundo e o presente.

A condição do homem de intérprete da vida como ser-observador e a de ser-observado, dá-nos notícias de que não somente o conhecimento epistemológico deve ser levado em consideração num confronto antropológico, mas também o seu enraizamento, e este passa pelo *self*, ou seja, pela conceituação de si próprio e não pela avaliação apenas do seu saber.

Se fizermos uma comparação antropológica do ser humano, chegaríamos à conclusão de que biologicamente o homem não sofreu muitas modificações em relação ao seu parente mais remoto, mas no aspecto cultural, há diferenças significativas, levando-nos a definir que o homem é um ser eminentemente cultural.⁸

A hominização das ações humanas superou, suplantou o conceito de ser biológico nativo, fenômeno esse que em tempos outros era considerado como a base da composição humana.⁹

Hoje não mais, e os estudos foram se aprofundando cada vez adiante, a ponto de que, no conceito composto por fato de cultura, o homem foi se instalando e se solidificando em sua posição como ser culturalmente constituído.

⁸ ARDUINI, J. *Antropologia: ousar para reinventar a humanidade* – 2ª Ed. – São Paulo – Ed. Paulus: 2002.

⁹ Ibid. 2002.

A essência da natureza – o que é dado – que foi sendo modificada pela reflexão humana -razão–, considerando-se a integração humana feitas pela moral, pela ética e sua situação histórica, todas apreendidas do mundo, levou o homem a observar o seu *em-si*-relações consigo próprio –, e as relações de alteridade, culminando com sua participação numa sociedade organizada.

Para se chegar a isso, no entanto, o homem enfrentou e continua enfrentando dificuldades de toda ordem, desde a explosão demográfica de alguns países, a massificação, o individualismo e a autodepreciação, esta última sob influência direta das três anteriores. Consubstancia-se esse episódio numa ética mal compreendida devido a uma moral oscilante, onde os contornos práticos alcançam objetivos inimagináveis.

Assim, sem uma consciência antropológica o homem desmedula-se, discute os resíduos para salvar apenas parte de suas conquistas, muitas vezes incompreendidas.

A ausência da consciência antropológica leva o homem a pregar o relativismo cultural adepto da objetivação do bem e do mal, cuja visão ineficaz não atenta para questões outras que determinam a complexidade inerente ao elemento de cultura como formador do mundo.

O relativismo cultural considera o mundo como algo que está dividido de uma forma nítida em sociedades distintas. Em cada uma delas não existe desacordo em questões morais ou apenas em pequena escala, dado que a perspectiva maioritária determina o que é considerado um bem ou um mal nessa sociedade. Mas o mundo não é assim. Pelo contrário, o mundo é uma mistura confusa de sociedades e grupos sobrepostos, e os indivíduos não seguem necessariamente o ponto de vista da maioria.¹⁰

O homem igualmente, desconsciosos da antropologia, não divisa o quinto elemento platônico na tentativa de levá-lo ao ideal e

⁽¹⁰⁾ Ibid. 1998.

muito menos se reconhece como ser de interpretação, descolocando-se entre as partes do mundo.

Nesse aspecto, quando o homem pensou em preservar a sua dignidade, não o fez pensando apenas em princípios psicológicos, sociais ou morais, mormente por serem insuficientes para essa sustentação.

Uma consciência antropológica da sociedade se fez necessária para que o homem em sua maturação experienciável pudesse se adequar tanto à forma da individualidade humana como em seu agir ético e político-social.

Com isso articulado, fica-nos a impressão de que o homem sempre foi um dependente, em seu viver, da influência de fatores externos capazes de integrá-lo a um evolucionismo pré-determinado, ainda que dele fluíssem idéias originais de observação do mundo, como por exemplo, as grandes invenções e as importantes descobertas que fez.

Sabe-se que os mais poderosos fatores da história são as idéias. Não necessitamos de fazer muito esforço para compreender que hoje são as idéias – invenções, religiões, filosofias, formas de pensamento falado ou escrito e formas de governo, idéias do indivíduo e da vida nacional – que movem os homens nas crises dos negócios internacionais. As idéias de Nietzsche, por exemplo, influenciaram profundamente Hitler e Mussolini; as idéias de Karl Marx transformaram a vida da Rússia; as de Splenger fazem que cada estadista pondere sobre o futuro do seu povo e da sua civilização; as de Flaubert influenciaram metade da literatura da Europa e da América.¹¹

Partindo-se em virtude do seco escolasticismo de que passamos a sofrer quando James Harvey Robinson nos intimou a humanizar o conhecimento, é que surgiu o conceito de história como fluxo impessoal de figuras e fatos, no qual os gênios representavam

(11) DURANT, W. *Obras Filosóficas*, Trad. Monteiro Lobato, 8ª. ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

papéis de tal insignificância que o bom era ignorá-los. Foi sobretudo Marx o implantador dessa concepção de história; ele apaixonara-se por uma visão da vida hostil a todos os homens de exceção, sentia ciúmes de todas as superioridades e exaltava os humildes como herdeiros da terra. Por fim, começou-se a escrever a história como se ela nunca fora vivida, como se nenhum drama jamais a sacudisse, nem igualmente comédias e tragédias de lutadores falhos.¹²

A verdadeira história do homem não está nos preços dos salários, nem em eleições e batalhas, nem no nível de vida do homem comum: está nas duradouras contribuições dos gênios para a soma da civilização e da cultura humana. A história da França, por exemplo, não é a história do povo francês, o desenrolar da vidinha de criaturas sem nome que lavraram o solo, fizeram sapatos e roupas, mascatearam artigos (porque essas coisas sempre foram feitas em todos os tempos); a história da França é o relato da ação de seus homens e mulheres excepcionais, seus inventores, cientistas, homens de Estado, poetas, artistas, músicos, filósofos e santos, e das adições que eles trouxeram à técnica e à sabedoria, às artes e aos costumes, tanto da França como da humanidade. É o mesmo com todos os demais países; a história do mundo é a história dos grandes homens. Que somos nós senão tijolos e cimento que eles manejam para a melhoria das raças?

Por esse motivo é que se deve encarar a história não como o doloroso palco das políticas e das hecatombes, mas da luta do homem guiado pelo gênio contra a inércia da matéria e os escorregadios segredos do espírito; luta para compreender, para dominar e para refazer-nos a nós e ao mundo. Homens em pé a beira do conhecimento; homens esculpindo no mármore formas que enobrecem a espécie; homens moldando povos em melhores instrumentos da grandeza; homens sonhando com vidas mais altas – e vivendo-as. Temos aqui um processo de criação mais vivaz do que em qualquer mito, uma religião mais real do que todos os credos.¹³

(12) DURANT, W. *op. cit.* 1969.

(13) *Ibid.* 1969.

Correntes do pensamento universal que surgiram ao longo dos séculos e trabalharam com conceitos éticos diferenciados, quer do ponto de vista teórico ou prático, estabeleceram clivagem fundamental para a localização do homem dentro de sua própria cultura, e toda a influência que recebeu, serviu-lhe para a modificação de sua vida como componente de uma sociedade em constante mutação, e que requer de cada indivíduo uma adaptação, um esforço, para o reconhecimento do trabalho de contribuição e construção em favor do composto e indispensável para o progresso humano.

Se a história conta com suas cerzaduras peculiares, e a produção científica? Qual o seu papel diante do complexo-homem e de seu itinerário social? A ciência por mais enigmática e distante que pareça, nada mais é que o senso comum refinado e disciplinado¹⁴.

A ciência é uma especialização, um refinamento de potenciais comuns a todos. Quem usa um telescópio ou um microscópio vê coisas que não poderiam ser vistas a olho nu. Mas eles nada mais são do que extensões do olho. Não são órgãos novos. São melhoramentos na capacidade de ver comum a quase todas as pessoas.

A ciência não é um órgão novo do conhecimento. Ela é a hipertrofia de capacidades que todos têm. Isso pode ser bom, mas pode ser muito perigoso. Quanto maior a visão de profundidade, menor a visão de extensão. A tendência da especialização é conhecer cada vez mais de cada vez menos.¹⁵

No diálogo *O Banquete*, Platão¹⁶ afirmou que a ciência nasce e morre em nós o tempo todo, donde a necessidade da pesquisa.

Além da necessidade da pesquisa há outra necessidade nesse campo, a de se observar por onde anda a verdade, assim dizem

(14) MYRDAL, G., *Objectivity in Social Research*. Nova York: Random House, 1969.

(15) ALVES, R., *Filosofia da Ciência – Introdução ao jogo e as suas regras*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

(16) PLATÃO, *O Banquete*, Trad. José Cavalcante de Souza – São Paulo: Abril Cultural, 1979. (208 a).

os especialistas, e que uma teoria científica do conhecimento da verdade é absolutamente necessária a qualquer atividade prática ou teórica, a qualquer tarefa de compreensão e de transformação do mundo, do homem e da sociedade.

O conhecimento da verdade é eminentemente útil para o sucesso tanto do inventor como do cientista, tanto do filósofo como do revolucionário, tanto do político como do industrial, tanto do patrão como do operário.¹⁷

E quando o comportamento humano de contorno científico se torna perigoso? Quando a exigência das fontes do conhecimento e dos métodos de seu desenvolvimento ultrapassa as fronteiras da própria ciência e dos princípios éticos de convivência social.

Todo conhecimento do homem abre margem para o exercício do poder discricionário sobre o homem. Com isso proclama-se o direito de governar a existência humana em função de suas descobertas de fato, enfrentar, modificar e afeiçoar fatos que influem sobre a existência humana, desde as técnicas de trabalho até as instituições, passando pela higiene física e psíquica, imagina-se que o próprio homem possa ser manipulado, domado e modificado graças ao conhecimento que dele se tem.¹⁸

A sociedade, o homem nessa intersecção de natureza política, se souber agir com a referida consciência antropológica, dentro da eticidade pertinente, interpretando-se a si próprio, talvez no enfoque do quinto elemento platônico, socorrer-se-á da intermediação filosófica para abolir de seu convívio os convencionalismos, o hábito de considerar o bem-estar material como razão suficiente de vida, o costume de somente apreciar a ciência em função de sua utilidade técnica, o ilimitado desejo do poder, a fleuma dos políticos de vertentes partidárias, o fanatismo das ideologias e outras situações que desfiguram a

⁽¹⁷⁾ BAZARIAN, J., *O problema da verdade*, São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

⁽¹⁸⁾ JASPERS, K., *Introdução ao pensamento filosófico*, Trad. Leônidas Hegenberg e Octanny S. da Mota, São Paulo: Cultrix, 1971.

contribuição que os grandes nomes que fazem a história da humanidade, trouxeram para ele.

A filosofia, por fim, põe-se à procura do homem, escuta o que ele diz, observa o que ele faz e se interessa por sua palavra e ação. Mas, “com o homem vem à baila o problema dos fins e valores sobre os quais se constrói a civilização. Ora, a nossa se construiu sobre os fins e valores da sociedade industrial, uma sociedade que tem como meta o máximo do bem-estar material, como meios, sofisticadas técnicas de produção e de consumo. O que vale dizer: esta sociedade é rica dos meios mais requintados, é pobre de fins e valores verdadeiros. Quanto mais evolui na direção da racionalidade dos meios, mais cresce o vazio de sentido de seus fins. Por conseguinte, é urgente hoje propor-lhe pelo menos um fim essencial, um fim que possa arrancá-la ao mortal desespero da falta de sentido. E este só pode ser a realização do homem, isto é, de todos os homens em geral e de cada um em particular. Por isso se faz premente a necessidade de termos cientistas que não sejam, antes de tudo, técnicos, mas humanistas.”¹⁹

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência – Introdução ao jogo e as suas regras**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- ARDUINI, Juvenal. **Antropologia: ousar para reinventar a humanidade** – 2ª Ed. – São Paulo: Ed. Paulus: 2002.
- BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade**, São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- DURANT, Will. **Obras Filosóficas**, Trad. Monteiro Lobato; 8ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

¹⁹ NOGUEIRA, João C. *Pulsões de morte e civilização, in Sociedade – O Espelho Partido*, Coord. Regis de Moraes, Campinas: Edicamp, 2003, p.64.

GENSLER, Harry J. in **Ethics: A Contemporary Introduction** – Trad. Paulo Ruas – Routledge: 1998.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**, Trad. Leônidas Hegenberg e Octanny S. da Mota, São Paulo: Cultrix, 1971.

MYRDAL, Gunnar. **Objectivity in Social Research**. Nova York: Random House, 1969.

NOGUEIRA, João Carlos. **Pulsões de morte e civilização, in Sociedade – O Espelho Partido**, Coordenado por MORAIS, Regis de. Campinas: Edicamp, 2003, p.64.

PLATÃO. **Cartas (Carta VII)**. Trad. C.G.Silva/ M.A. Melo. Lisboa: Ed. Estampa, 1980.

PLATÃO. **O Banquete**, Trad. José Cavalcante de Souza – São Paulo: Abril Cultural, 1979. (208 a).

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologia** – Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1977.